

# Ajuste fiscal será de R\$ 28 bi

Economia · Brasil

Corte no Orçamento e aumento de impostos resultará em R\$ 17 bilhões

Outros R\$ 11 bi virão de medidas junto a estados e municípios

O Governo já sabe como e onde vai obter recursos para efetivar um corte de R\$ 28 bilhões nos gastos públicos, com aumento de arrecadação, para atender ao acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e que deve garantir um socorro internacional de US\$ 30 bilhões ao Brasil, para evitar o aprofundamento da crise financeira mundial que assola os mercados emergentes. Os técnicos do Governo trabalham com três modelos para a implementação do programa fiscal plurianual apresentado ao FMI, cujo aval foi divulgado ontem em comunicado conjunto com autoridades brasileiras (veja íntegra na página 4). Ontem à noite, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, entregou ao presidente Fernando Henrique Cardoso o programa de ajuste fiscal, com alternativas a serem discutidas com o Congresso Nacional.

No primeiro modelo estão medidas de curto prazo, com execução rápida e ganho potencial de cerca de R\$ 17 bilhões. No segundo, estão medidas que ainda dependem de negociação política com os governadores e com o Congresso, que podem gerar outros R\$ 11 bilhões. A terceira alternativa é o aumento da capacidade do Governo de fazer política fiscal, com a elevação de 20% para 30% dos recursos do Fundo de

Estabilização Fiscal (FEF). O aumento da parcela do FEF permitirá ao Governo dispor com liberdade sobre receitas em torno de R\$ 10 bilhões.

As medidas de implementação imediata consideram o corte no orçamento e aumento de impostos. O orçamento, segundo a proposta, sofrerá um corte de R\$ 8 bilhões nas despesas chamadas outros custeios e capital (OCC), que inclui custeio da máquina e investimentos.

## Impostos

A alternativa de elevação de impostos está colocada no aumento de 0,2% para 0,3% da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o que geraria um acréscimo na arrecadação de R\$ 4 bilhões. A aprovação do imposto sobre grandes fortunas garantiria um ganho de R\$ 300 milhões por ano.

Existe também a proposta de criação de um imposto sobre o consumo de combustíveis, que daria uma receita adicional de R\$ 1,5 bilhão. O Governo também conta com a aprovação, pelo Congresso, do projeto que obriga as instituições financeiras a pagar a Confins, gerando um ganho de R\$ 1,2 bilhão.

Entre as medidas de curto prazo, está também considerada a hipótese de elevar de 2% para 10% a alíquota do imposto sobre operações financeiras (IOF) sobre gastos em viagens ao exterior. Esta medida, nos cálculos técnicos, implicaria na arrecadação adicional de outros R\$ 300 milhões. Além disso, está também considerada a aprovação dos destaques que ainda faltam para complementar a reforma da Previdência, cuja promulgação irá gerar uma economia, no próximo ano, de cerca de R\$ 2 bilhões.

O conjunto de medidas que está sendo considerado, se implementado integralmente, produzirá um ajuste fiscal de até R\$ 28 bilhões. Neste valor, existe uma margem de negociação política, ou seja, possibilidade de escolha entre várias alternativas para configuração, de fato, do programa fiscal plurianual. A margem de redução do ganho, por exemplo, leva em conta a resistência ao aumento de impostos.

As medidas de ajuste fiscal que ainda dependem de negociação política com governadores e com o Congresso vão gerar, se aprovadas, um ganho de receita da ordem de R\$ 11 bilhões. Uma das propostas é a redução dos incentivos e subsídios fiscais, com um ganho para o Governo de R\$ 700 milhões.

## Servidores

A implementação pelos estados da limitação de gastos com pessoal, definidos na Lei Camata, poderá gerar uma economia de aproximadamente R\$ 3 bilhões. Este ganho estará na dependência do sucesso dos governadores eleitos em cortar a folha de pagamento no que superar a 60% da arrecadação, o que, em alguns casos, exigirá demissões.

O Governo também quer alterar o sistema de aposentadoria da União, dos estados e dos municípios. A alternativa em estudo prevê a cobrança da contribuição dos inativos da União, possivelmente com uma alíquota de até 11%, com uma redução do déficit da Previdência da ordem de R\$ 2,7 bilhões. A mesma medida aplicada aos inativos dos estados e municípios produzirá uma economia de outros R\$ 2,3 bilhões. Existe, ainda, a possibilidade do Governo elevar para até 15% a alíquota de contribuição dos funcionários públicos em atividade.

Os técnicos também propõem que os dispositivos da emenda constitucional da reforma da Previdência que foram rejeitados na Câmara sejam, novamente, submetidos ao Senado. Se esta proposta for acatada haverá uma redução adicional do déficit da Previdência em torno de R\$ 2,3 bilhões.



PEDRO Malan apresentou o ajuste, com alternativas, ao presidente Fernando Henrique

## AS MEDIDAS

### Receita ou economia anual a ser obtida

1 - Aumento da CPMF de 0,2% para 0,3%	R\$ 4 bilhões
2 - Imposto sobre grandes fortunas	R\$ 300 milhões
3 - Imposto sobre consumo de combustíveis	R\$ 1,5 bilhão
4 - Elevação do IOF de 2% para 10% sobre os gastos com viagens ao exterior	R\$ 300 milhões
5 - Implementação da Reforma da Previdência	R\$ 2 bilhões
6 - Redução de incentivos fiscais	R\$ 700 milhões
7 - Aplicação da Lei Camata para estados e municípios	R\$ 3 bilhões
8 - Contribuição previdenciária de 11% dos inativos da União	R\$ 2,7 bilhões
9 - Contribuição previdenciária de 11% dos inativos dos estados e municípios	R\$ 2,3 bilhões
10 - Elevação da contribuição previdenciária dos servidores da União de 11% para 15%	-
12 - Corte de gastos e de investimentos	R\$ 8 bilhões
13 - Bancos passarão a pagar Cofins	R\$ 1,2 bilhão
14 - Dispositivos da Reforma da Previdência rejeitados na Câmara podem ser novamente propostos ao Senado. Se aprovados, irão gerar ganhos de R\$ 2,3 bilhões.	